



portalbenews.com.br

NACIONAL Debêntures vão fortalecer setores portuário e aeroportuário, diz ministro ▶ **p5**



OPINIÃO João Amaral e Rebecca Alonso Nascimento falam sobre responsabilidade corporativa para um mundo sustentável ▶ **p8**

BR-381/MG: consórcio vencedor da concessão promete investir R\$ 9 bi

Marcio Ferreira/MT



Vencedor do leilão realizado na B3, 4UM quer acabar com a fama do trecho de “Rodovia da Morte” ▶ **p3**

Divulgação/Grupo Brasil Export

Sustenta Export termina com visita a usina de resíduos e ao Projeto Tamar ▶ **p6**



GOIÁS Governo Federal prepara edital para leiloar Rota Verde até dezembro ▶ **p4**

SANTOS Autoridade Portuária anuncia convocação de aprovados em concurso ▶ **p6**

CEARÁ Pecém se aproxima das certificações de sustentabilidade e eficiência ▶ **p7**

EDITORIAL

Um Novo Rumo para os Investimentos em Infraestrutura: A Importância das Debêntures

A assinatura da portaria que regulamenta a emissão de debêntures de infraestrutura - pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, nessa quinta-feira, dia 29, em São Paulo (SP) - representa um marco importante para o futuro dos setores portuário e aeroportuário brasileiros. Ao simplificar o processo de emissão dessas debêntures, o Governo Federal reforça seu compromisso com a desburocratização e com a atração de investimentos para esses mercados cruciais para a economia do País.

As debêntures de infraestrutura se configuram como uma ferramenta fundamental para alavancar investimentos em projetos de grande porte, que exigem vultosos recursos financeiros. Ao permitir que empresas e consórcios captem recursos no mercado de capitais, as debêntures ampliam o leque de opções de financiamento disponíveis, reduzindo a dependência de recursos públicos.

A agilidade no processo de aprovação das emissões, prevista na nova regulamentação, é um fator crucial para atrair investidores, tanto nacionais quanto estrangeiros. Ao reduzir o tempo entre a apresentação do projeto e a liberação dos recursos, o Governo aumenta a atratividade dos investimentos em infraestrutura, incentivando a participação de novos agentes no mercado.

Além de estimular os investimentos privados, as debêntures de infraestrutura contribuem para a diversificação da matriz de financiamento da infraestrutura brasileira. Ao complementar as fontes de recursos tradicionais, como os recursos do orçamento público e os financiamentos de bancos de desenvolvimento, as debêntures contribuem para a construção de uma infraestrutura mais moderna e eficiente.

A aplicação das debêntures de infraestrutura nos setores portuário e aeroportuário é particularmente relevante, considerando a importância desses setores para a logística e o comércio exterior do País. A modernização e a expansão da capacidade dos portos e aeroportos brasileiros são essenciais para garantir a competitividade da economia nacional e facilitar o escoamento da produção. A expectativa é que, com a nova regulamentação, os investimentos em infraestrutura nesses dois mercados se intensifiquem, gerando empregos, impulsionando o crescimento econômico e melhorando a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

É importante ressaltar que a emissão de debêntures de infraestrutura exige um planejamento cuidadoso e transparente. As empresas emissoras devem apresentar projetos bem estruturados e com potencial de retorno para os investidores. Além disso, é fundamental que o Governo continue trabalhando para aprimorar o ambiente de negócios e reduzir os riscos associados aos investimentos em infraestrutura.

A nova regulamentação das debêntures de infraestrutura representa um passo importante para o desenvolvimento do País. Ao facilitar o acesso a recursos financeiros para projetos de grande porte, o Governo está contribuindo para a modernização da infraestrutura brasileira e para o fortalecimento da economia.

NESTA EDIÇÃO



- ▲ **MANCHETE**
3 Arrendada, concessão da BR-381/MG prevê R\$ 9 bi em investimentos

- HUB**
3 Prejuízos com queimadas em SP ultrapassam R\$ 1 bi

- NACIONAL**
4 Governo prepara edital para leiloar Rota Verde até dezembro

- 5 Debêntures vão fortalecer setores portuário e aeroportuário, diz ministro

- 6 Sustenta Export termina com visita a usina de resíduos e ao Projeto Tamar

- REGIÃO SUDESTE**
6 Autoridade Portuária de Santos convoca aprovados em concurso

- REGIÃO NORDESTE**
7 Pecém se aproxima das certificações de sustentabilidade e eficiência

- 8 **OPINIÃO**
"Corporate Sustainability Due Diligence Directive: responsabilidade corporativa para um mundo sustentável", por João Amaral e Rebecca Alonso Nascimento



Sistema BE News de Comunicação

Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar,
São Paulo, São Paulo
01404-200, BR

Sucursal Brasília
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110
Edifício Multiempresarial, sala 520,
Bairro Asa Sul
Brasília, Distrito Federal
70340-000, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, Sala 11
Santos, São Paulo
11013-919, BR

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Márcio Delfim

Diretora administrativo-financeira
Jacynara Lima

Diretor-geral
Leopoldo Figueiredo

Diretora comercial
Roberta Riccioppo

Editor-executivo - Jornal BE News
Alexandre Fernandes

Editora-executiva - Portal BE News
Vanessa Pimentel

Editor-executivo - TV BE News
Gustavo Zanaroli

Editora de Arte - Jornal BE News
Mônica Mathias

Equipe de reportagem
Cássio Lyra, Júnior Batista, Marília Sena,
Paulo José Ribeiro, Yousefe Sipp e
Vitória Malafati (estagiária)

Colunista
Ivani Cardoso

O Jornal BE News é filiado à



FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@redebenews.com.br

INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE

publicidade@redebenews.com.br

(11) 91615.1200



Queimadas 1

Os prejuízos causados pelas queimadas na agropecuária de São Paulo na última semana ultrapassam R\$ 1 bilhão, segundo levantamento da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado. Entre os segmentos mais atingidos, estão a pecuária, o da cana-de-açúcar, a fruticultura, a heveicultura (cultivo de seringueiras) e a apicultura. “As queimadas provocaram prejuízos de mais de R\$ 1 bilhão ao agro paulista, com a queima de lavouras, pastagens e até morte de animais, conforme levantamento da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo”, informou a pasta em comunicado.

Queimadas 2

A secretaria destacou que a Defesa Civil do estado manteve 22 áreas do estado em alerta para queimadas mesmo com a chegada de uma frente fria que trouxe chuva e derrubou as temperaturas na Região Sudeste.

Atrasos em voos 1

O problema no sistema de navegação do Aeroporto Internacional de Guarulhos que provocou cancelamentos de voos e diversos atrasos na manhã dessa quinta-feira, dia 29, foi provocado por uma interferência de sinais de radiofrequência, informou a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Agentes do órgão estiveram no aeroporto, onde constataram a presença de sinais de radiofrequência que interferiram no sistema de navegação GPS/GNSS do aeroporto, o que acabou afetando os voos em Guarulhos - a transmissão de radiofrequências sem autorização é crime federal.

Atrasos em voos 2

Segundo a Anatel, a fonte do sinal interferente era proveniente do centro da cidade de Guarulhos (SP), para onde a equipe de fiscalização se direcionou para localizar a fonte. No entanto, o sinal deixou de ser detectado pela Anatel antes que a fonte geradora do sinal pudesse ser de fato localizada.

Atrasos em voos 3

Segundo a concessionária Gru Airport, responsável pelo aeroporto, houve uma intermitência no sistema de navegação (GNSS) que é específico para aeronaves, o que acabou provocando “atrasos pontuais nas decolagens” em Guarulhos. Isso acabou trazendo problemas para as operações das companhias aéreas Gol, Latam e Azul.

Arrematada, concessão da BR-381/MG prevê R\$ 9 bi em investimentos

Vencedor do leilão, consórcio 4UM quer acabar com a fama do segmento de “Rodovia da Morte”

Marcio Ferreira/MT



Na opinião do ministro Renan Filho, o projeto é importante porque vai adequar a infraestrutura rodoviária de Minas Gerais à capacidade produtiva e de inovação do estado

YOUSEFE SIPP
yousefe.sipp@redenebnews.com.br

O consórcio 4UM Fundo de Investimentos em Infraestrutura de Responsabilidade Limitada venceu a concessão da BR-381, em Minas Gerais, conhecida como “Rodovia da Morte” devido ao elevado número de acidentes registrados no trecho. O leilão, realizado na quinta-feira (29), na B3, em São Paulo, abrange um contrato para a gestão de 296,3 km entre Belo Horizonte e Governador Valadares, por 30 anos. Esta foi a terceira tentativa do Governo de conceder a estrada à iniciativa privada.

O grupo apresentou a proposta vencedora com um desconto de 0,94% sobre a tarifa de pedágio, comprometendo-se a investir R\$ 9,34 bilhões ao longo do período de concessão.

“Quero firmar aqui um compromisso. Eu sou um cidadão mineiro, mas sou fã do povo mineiro. E a gente quer, a partir de agora, fazer com a BR-381 seja chamada de ‘Rodovia da

Vida’ e vamos dedicar trabalho sério para que isso se concretize ao longo dos próximos anos. Então contem conosco, pois o que pudermos fazer de melhor pelo povo de Minas Gerais, para termos a BR-381 do jeito que ela merece, nós faremos”, disse o presidente da 4UM Investimentos, Leonardo Boguszewski.

A BR-381/MG é um importante corredor logístico, ligando Minas Gerais a São Paulo e Espírito Santo, e é marcada pelo intenso tráfego de caminhões. O projeto de concessão prevê a duplicação de 106 km da rodovia, além da implantação de 83 km de faixas adicionais, 51 correções de traçado, áreas de escape, Pontos de Parada e Descanso (PPD) para motoristas e 23 passarelas para pedestres.

Também serão instalados pontos de atendimento ao usuário com o Centro de Controle de Operações (CCO) e Bases do Serviço Operacional (BSO) para suporte em emergências.

A decisão do vencedor do certame foi tomada com base na proposta que apresentasse maior redução sobre a tarifa de pedágio. “Sinal de que o Governo está bem das contas é que o desconto foi pequeno.

Não foi uma folga muito grande nem um aperto muito grande; essa conta é muito relevante. Eu defendo que o projeto seja exequível. Não adianta leilão com super desconto e depois não ter a obra entregue para as pessoas”, afirmou o ministro dos Transportes, Renan Filho.

Segundo o Governo, vai ser oferecido um Desconto para Usuários Frequentes (DUF), beneficiando motoristas que trafegam regularmente pela rodovia. O benefício é destinado principalmente a quem utiliza a estrada várias vezes ao mês, como moradores que vivem e trabalham em cidades próximas. Além disso, a concessão incluirá a opção de pagamento automático por meio de TAGs, facilitando a passagem dos veículos pelas praças de pedágios.

Para Renan Filho, o projeto é importante porque vai “adequar a infraestrutura rodoviária de Minas Gerais à capacidade produtiva e de inovação deste que é certamente um dos principais estados do Brasil”, disse o ministro. “O trajeto do Sul ao Nordeste dificilmente ocorre sem passar pelo estado de Minas Gerais; portanto, a infraestrutura mineira é crucial para o desenvolvimento do país.”

Participação federal

A BR-381 é conhecida pela alta taxa de acidentes e pela complexidade de sua infraestrutura. O traçado sinuoso e o intenso tráfego de veículos pesados contribuem para a sua reputação como “Rodovia da Morte”. Entre 2018 e 2023, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) registrou 3.960 ocorrências na estrada, das quais 420 foram fatais.

Os leilões anteriores realizados em 2021, 2022 e 2023, não contaram com o interesse de investidores devido ao risco elevado associado ao projeto. No entanto, recentes modificações no modelo de concessão incluíram a divisão dos encargos entre a União e a iniciativa privada para atrair novas empresas. As alterações envolveram a corresponsabilidade por trechos com instabilidades geológicas e a ampliação da taxa interna de retorno do contrato.

No acordo, o Ministério dos Transportes assumirá as obras de duplicação de 31,4 km entre Belo Horizonte e Caeté e ficará responsável pela remoção de 2 mil famílias que residem ao longo da faixa de domínio da rodovia.

NACIONAL

Governo prepara edital para leiloar Rota Verde até dezembro

Concessão do trecho, considerado muito importante para o agronegócio, foi aprovada pela ANTT

Da Redação
redacao.jornal@redenebenews.com.br

O Ministério dos Transportes se prepara para mais um leilão de trecho rodoviário em 2024. Com a aprovação da concessão da Rota Verde, localizada em Goiás, pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) na quarta-feira (28), a expectativa é de que o edital seja publicado até a próxima semana, o que assegura que o leilão ocorrerá em 12 de dezembro.

“É uma rota muito importante, principalmente para o agronegócio, além de ligar as cidades de Rio Verde, Goiânia e Itumbiara. São rodovias com bastante volume de tráfego”, detalhou a secretária nacional de Transportes Rodoviários, Viviane Esse.

A Rota Verde inclui o con-



A chamada Rota Verde, em Goiás, inclui o contorno de Goiânia até a interligação com a BR-153/GO, segue pela BR-060 até Rio Verde e, a partir daí, pela BR-452 até Itumbiara

torno de Goiânia até a interligação com a BR-153/GO, segue pela BR-060 até Rio Verde e, a partir daí, pela BR-452 até Itumbiara.

Esse trajeto é fundamental para o transporte de produtos

agrícolas e bens manufaturados, já que Rio Verde é o segundo maior produtor de grãos do Brasil e o maior no estado. A cidade também se destaca pela produção de bovinos, aves e suínos, além de contar com

grandes indústrias.

O trecho que será concedido possui uma extensão de 426,2 km e beneficia uma população de 2,1 milhões de pessoas. A concessão deverá proporcionar melhorias para as duas

rodovias, com um investimento total de R\$ 6,86 bilhões, dos quais R\$ 4,03 bilhões serão destinados a obras de infraestrutura e R\$ 2,83 bilhões a serviços operacionais. Estima-se que cerca de 57,4 mil empregos diretos e indiretos sejam gerados.

O leilão será realizado com base no critério de menor tarifa, onde a empresa que oferecer o maior percentual de desconto sobre a tarifa básica de pedágio vencerá. O contrato também prevê tarifas diferenciadas para pistas simples e duplas como um incentivo para ampliar a capacidade, além de descontos progressivos para usuários frequentes. A concessão terá um prazo de 30 anos.

BE NEWS 19h

VOCÊ É NOSSO CONVIDADO!

Fique por dentro de tudo que move o mercado.

APRESENTAÇÃO

NÚRIA BIANCO

De segunda a sexta-feira, às 7 da noite, o telejornal BE News 19 horas traz as principais notícias do setor de Infraestrutura em todo o Brasil e nos principais mercados internacionais.

ACESSE E INSCREVA-SE



TV BE News no Youtube
@tv_benews



www.tvbenews.com.br

REDE
BE NEWS
JORNAL • PORTAL • TV

Debêntures vão fortalecer setores portuário e aeroportuário, diz ministro

Portaria definindo critérios para facilitar a emissão dos títulos foi assinada por Silvio Costa Filho

Eduardo Oliveira/MPor



O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, assinou a portaria durante cerimônia realizada na sede da Fiesp: "Nossa agenda vem na direção da desburocratização"

Da Redação
redacao.jornal@redenebnews.com.br

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, assinou na quinta-feira (29) a portaria que regulamenta o Decreto 11.964/2024, que define critérios para facilitar a emissão de debêntures de infraestrutura. De acordo com o titular da pasta, o documento é um novo marco para os investimentos nos setores portuário e da aviação do Brasil.

"O Ministério está apresentando as debêntures da infraestrutura para fortalecer os setores portuário e aeroportuário brasileiro. A nossa agenda vem na direção da desburocratização, para acelerar a carteira de investimentos e poder dar previsibilidade ao setor. Não tenho dúvida que isso vai fortalecer muito a agenda de crédito do setor portuário, do setor da aviação e do setor hidroviário. Se acertarmos o passo, nós poderemos, nesses 24 meses, assinar mais de 20 bilhões de debêntures", afirmou o ministro na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), em São Paulo, onde a portaria foi assinada.

Costa Filho também mencionou que a agenda de debêntu-

res está alinhada com a agenda de crédito que o Ministério vem promovendo desde o início. "Primeiro foi o fortalecimento do Reporto, da Reid (Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura), do Fundo da Marinha Mercante, FNAC, que foi aprovado ontem pelo Congresso Nacional, e agora o projeto de debêntures de infraestrutura, que vai alavancar mais investimentos no Brasil, acelerando também a carteira do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), entre outros investimentos no país", destacou.

Segundo o Ministério, a regulamentação definida pela portaria permitirá que a emissão das debêntures para financiar investimentos em infraestrutura de portos e aeroportos seja realizada sem a necessidade de autorização prévia da pasta, o que agiliza o processo. Atualmente, essa autorização pode levar de dois a três meses.

Essas modalidades foram criadas por lei com o objetivo de incentivar investimentos em infraestrutura através do mercado de capitais. A atualização das regras busca aumentar a transparência nos processos de emissão de dois tipos de valores mobiliários. As debêntures de infraestrutura foram introduzidas em

SEGUNDO O MINISTÉRIO, A REGULAMENTAÇÃO DEFINIDA PELA PORTARIA PERMITIRÁ QUE A EMISSÃO DAS DEBÊNTURES PARA FINANCIAR INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA DE PORTOS E AEROPORTOS SEJA REALIZADA SEM A NECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA PASTA, O QUE AGILIZA O PROCESSO. ATUALMENTE, ESSA AUTORIZAÇÃO PODE LEVAR DE DOIS A TRÊS MESES

janeiro deste ano pela Lei 14.801.

A secretária-executiva do Ministério de Portos e Aeroportos, Mariana Pescatori, explicou que, com a portaria, o processo será mais rápido, e a análise dos projetos, que antes poderia demorar até três meses, agora poderá ser concluída em até um dia útil.

"Com certeza vai ser mais atrativo para os investidores

internacionais e para o mercado estrangeiro vir investir no Brasil por meio de debênture de infraestrutura. E temos uma expectativa de ampliação do volume de investimentos no setor portuário, aeroportuário e hidroviário, que vai gerar emprego e renda para o país", comemorou.

No portal do Ministério de Portos e Aeroportos, o investidor interessado poderá acessar uma página com o passo a passo para protocolar os documentos. Um formulário eletrônico também será disponibilizado. Na portaria, constarão todas as informações necessárias para preencher o Formulário de Projeto de Investimento.

Para o secretário nacional de Aviação Civil, Tomé Franca, a portaria das debêntures de infraestrutura vai aumentar os investimentos no setor, especialmente na aviação e nos portos, e é motivo de celebração para o país. "Do país porque, por meio dos aeroportos, a gente leva desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, oportunidades. É um meio de transporte que faz com que a gente possa escoar a produção, especialmente de produtos de maior valor agregado", explicou. Franca destacou ainda que o ano de 2024 será um ano de recorde de investimentos no se-

tor, com quase R\$ 4 bilhões entregues pelo ministro Silvio Costa Filho, em aproximadamente 50 aeroportos do país.

Como funciona

O formulário eletrônico deverá ser preenchido através do site gov.br. Não será necessário autenticação ou reconhecimento de firma. Após o preenchimento, será emitido um número de protocolo, em até um dia útil.

Com o número de protocolo, o emissor poderá ir até a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para registrar a oferta pública da debênture. Em cinco dias úteis, na Secretaria Executiva do MPor, será realizado um checklist para garantir que toda a documentação e informações foram fornecidas. Caso sejam necessárias informações adicionais, os investidores terão um prazo de 15 dias úteis para obtê-las junto ao Ministério.

Enquanto a CVM realiza o processo de emissão das debêntures, o investidor tem até 30 dias úteis para ir até a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) ou à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e obter uma declaração que comprove que o investimento está vinculado a um contrato vigente e operacional.

Sustenta Export termina com visita a usina de resíduos e ao Projeto Tamar

Primeira edição do fórum dedicado à sustentabilidade foi realizada em Fernando de Noronha

Da Redação
redacao.jornal@redebeneews.com.br

A primeira edição do Sustenta Export, fórum de sustentabilidade realizado em Fernando de Noronha (PE), teve seu último dia de atividades na manhã de quinta-feira, dia 29. Conselheiros do Grupo Brasil Export e demais participantes visitaram uma usina de resíduos que funciona no arquipélago e também a sede do projeto Tamar, que há décadas atua na preservação das tartarugas marinhas.

Com pouco mais de 17 km², Fernando de Noronha não comporta um aterro sanitário. A maior parte do lixo produzido é transportada por via marítima até o continente. São 260 tone-

ladas de resíduos enviadas por mês para o Recife via cabotagem. Essa operação custa caro. Segundo um estudo feito pelo Instituto Federal de Brasília (IFB), cada item tem um custo estimado de R\$ 100 mil.

O arquipélago possui uma usina de resíduos sólidos, que segrega por categoria, trata e armazena temporariamente todo o lixo produzido pela população e pelos turistas. Entre os resíduos recicláveis, todo o vidro é triturado e armazenado para depois ser usado em substituição à areia na construção civil. Já os orgânicos passam por um processo de compostagem e o produto final é destinado para hortas e jardins.

Apesar dessa e outras iniciativas sustentáveis, a educação ainda é um grande desafio em Fernando de Noronha. Hoje, me-



Divulgação/Grupo Brasil Export

Fernando de Noronha possui uma usina de resíduos sólidos, que segrega por categoria, trata e armazena temporariamente todo o lixo produzido pela população e pelos turistas

nos de 5% das residências e poucas fazem coletas seletivas.

Projeto Tamar

A comitiva do Sustenta Export esteve também no Centro de Visitantes da Fundação Projeto Tamar. Inaugurada em 1996, a unidade de Fernando de Noronha recebe cerca de 40 mil visitantes por ano.

No local, os conselheiros e participantes conheceram um pouco trabalho da fundação, que apoia grupos e ações culturais, buscando associar a conservação das tartarugas mari-

nhas às tradições locais.

O Sustenta Export é uma edição do Brasil Export, principal fórum de debates sobre o desenvolvimento dos setores de portos, logística, transportes e infraestrutura do país. Com o tema "Um olhar apurado para o futuro do Brasil e do planeta", o evento visa propor um debate sobre soluções sustentáveis e inclusivas para o futuro. Sua programação foi transmitida pela TV BE News no canal 82 da Sky; canal 58 da parabólica; e em sinal aberto para a Grande Campinas no canal 19. Está disponível no canal @tv_benews no YouTube; e no site www.tvbenews.com.br.

A comitiva esteve também no Centro de Visitantes da Fundação Projeto Tamar. Inaugurada em 1996, a unidade de Fernando de Noronha recebe cerca de 40 mil visitantes por ano



Divulgação/Grupo Brasil Export

REGIÃO SUDESTE

Autoridade Portuária de Santos convoca aprovados em concurso

Essa é a primeira etapa do certame, que inclui testes de aptidão física e heteroidentificação

JÚNIOR BATISTA
junior.batista@redebeneews.com.br

A Autoridade Portuária de Santos (APS) publicou os editais de heteroidentificação, para verificação da condição de candidatos autodeclarados negros, e de teste de aptidão física (TAF) da Guarda Portuária.

Os editais estão disponíveis

no site da empresa que administra o Porto de Santos, em <https://www.portodesantos.com.br/informacao/servidores/concursos/concurso-2024/>, e no da Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista (Vunesp).

A etapa de heteroidentificação será realizada nos dias 7 e 8 de setembro, presencialmente, em uma escola de Santos. Já

o TAF será nos dias 27 e 28 de setembro, também em Santos, no Centro Esportivo e Recreativo da Zona Noroeste.

Para o TAF, é importante que o candidato esteja atento ao horário e aos documentos que deverão ser levados, pois os portões serão fechados impreterivelmente nos horários estabelecidos e a ausência de documentos obrigatórios pode-

rá eliminar o participante.

Além dos editais de heteroidentificação e do TAF, também foram publicados nesta quarta-feira os editais de resultado dos recursos interpostos em ambos os concursos (Guarda Portuária e demais vagas).

Ao todo, são 242 vagas distribuídas nos concursos em andamento: um somente para guardas portuários (67) e outro

para as demais vagas em funções de diferentes áreas. De acordo com a APS, mais de 25 mil pessoas se inscreveram nos certames.

As provas objetivas aconteceram em junho deste ano e os procedimentos para quais os candidatos foram convocados fazem parte de novas etapas. Elas ocorrerão presencialmente, em diferentes dias de setembro.

REGIÃO NORDESTE

Pecém se aproxima das certificações de sustentabilidade e eficiência

Foco é obter a ISO 14001 e a 45001, relativas às práticas sustentáveis e o gerenciamento de segurança e saúde ocupacional

JÚNIOR BATISTA
junior.batista@redeneews.com.br

O processo de implantação do Sistema de Gestão Integrado (SGI) da Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP SA) atingiu 90% de evolução neste mês de agosto. O processo busca atingir uma série de responsabilidades ligadas ao meio ambiente e à eficiência dos cais cearense.

O foco é conseguir as certificações ISO 14001 e 45001, que têm como foco as práticas sustentáveis e o gerenciamento de segurança e saúde ocupacional. Ao longo do processo, foi formado o comitê SGI, em agosto do ano passado, composto pelas lideranças da companhia.

“Nossa Política de Gestão

Integrada não é apenas um conjunto de diretrizes, mas sim um pacto firmado por todos nós colaboradores em prol de uma empresa cada vez melhor. Ao aderir e cumprir essa política, estamos assumindo diversas responsabilidades que são importantes para nós, para os clientes, para as comunidades e para o desenvolvimento socioeconômico do estado do Ceará”, afirma o presidente do Complexo, Hugo Figueirêdo.

São nove responsabilidades assumidas: atendimento a legislação vigente; comprometimento com a eliminação e/ou redução dos aspectos e impactos ambientais, perigos e riscos à saúde e segurança dos trabalhadores; identificação, controle e minimização dos riscos estratégicos que possam afetar a prestação de serviços; busca da satisfação dos clientes; estabe-



Divulgação

Além das nove responsabilidades assumidas para conseguir as certificações ISO 14001 e 45001, a Companhia de Desenvolvimento do Complexo do Pecém busca a ISO 9001

que estão relacionados às questões ambientais, de segurança e de como a companhia ou empresa escolhe utilizá-los.

A ISO 14001 tem como objetivo principal especificar os requisitos para a implementação de um sistema de gestão ambiental. Tem como foco possibilitar que todas as organizações, independentemente do seu porte, desenvolvam práticas sustentáveis em seus negócios, produtos e serviços.

Já a ISO 45001 é uma norma para sistemas de gerenciamento de segurança e saúde ocupacional. Seu foco é a redução de lesões e doenças ocupacionais, incluindo a promoção e proteção da saúde física e mental.

lecimento de controles operacionais para proteção ambiental e a prevenção da poluição; oferecimento de condições de trabalho seguras e salubres para prevenção de lesões e doenças relacionadas ao trabalho; estabelecimento de objetivos e metas de meio ambiente, saúde e segurança do trabalho; comprometimento com a consulta e participação dos trabalhadores em todos os níveis; e

comprometimento com a melhoria contínua do desempenho do sistema de gestão integrado.

Em paralelo a essas ações, a companhia continua atuando na obtenção da ISO 9001, com o objetivo de oferecer, cada vez mais, serviços de qualidade e que garantam a satisfação dos clientes.

As normas ISO 14001 e a 45001 tratam dos processos internos de uma organização e

PATROCÍNIO



INICIATIVA E REALIZAÇÃO

APOIO INSTITUCIONAL

APOIO TÉCNICO

PRODUÇÃO

MÍDIA OFICIAL



OPINIÃO



JOÃO EDUARDO AMARAL
Presidente do Conselho ESG
do Fórum Brasil Export
opinio@portalbenews.com.br



REBECCA ALONSO NASCIMENTO
Secretária do Conselho ESG
do Fórum Brasil Export
opinio@portalbenews.com.br

► ESG

Corporate Sustainability Due Diligence Directive: responsabilidade corporativa para um mundo sustentável

No último dia 25 de julho, entrou em vigor a chamada Corporate Sustainability Due Diligence Directive (ou Diretiva sobre Due Diligence de Sustentabilidade Corporativa) que, conforme tratamos no nosso último artigo acerca da Green Claims Directive (ou Diretiva Europeia sobre Alegações Ambientais), compõe o arcabouço normativo europeu sobre sustentabilidade e é parte integrante do European Green Deal (ou Pacto Ecológico Europeu).

A diretiva traz à realidade o que há muito já se espera das empresas em termos de responsabilidade corporativa e do desenvolvimento econômico sustentável mundial: um processo sistemático, específico e eficiente, criado para identificar, analisar e mitigar riscos e oportunidades relativos a questões de sustentabilidade.

O foco da due diligence de sustentabilidade caracteriza-se primordialmente pela avaliação e pelo gerenciamento, por parte das empresas, dos impactos ambientais, sociais e de governança – ESG – ocorridos dentro da corporação e suas repercussões para a sociedade. Nesse sentido, as novas regras apresentadas pela Diretiva possuem o objetivo de garantir que as empresas por ela abrangidas possam identificar e abordar os impactos negativos causados pelas suas ações, sobre os direitos humanos e o meio ambiente, seja dentro ou fora da Europa.

O foco, portanto, é trazer protagonismo a tais empresas, inserindo-as, de forma categórica, como agentes responsáveis na cadeia de produção para muito além do regramento padrão de proteção do consumidor. À frente disto, as empresas se tornam responsáveis por garantir – e evidenciar publicamente – que as suas ações não só não prejudiquem, mas beneficiem a sociedade e auxiliem na consecução de um mundo mais sustentável.

No mais, além de estabelecer, para as empresas abrangidas pela Diretiva, o dever de realizar due diligence corporativa sobre sustentabilidade, a Diretiva apresenta obrigações de adoção e implementação de um plano de transição para mitigação das mudanças climáticas alinhado com o objetivo de neutralidade climática de 2050 do Acordo de Paris e com metas intermediárias previstas na Lei Europeia do Clima.

Para mais, é inquestionável a importância de uma due diligence de sustentabilidade dentro das corporações. Podemos pontuar benefícios como a redução de riscos corporativos, a oportunidade de conformidade regulamentar, o

fortalecimento da marca empresarial, a facilitação de acesso à capital, com alcance de investidores e instituições financeiras que estão priorizando práticas sustentáveis em suas decisões de investimento, e, ainda, a oportunidade de produzir inovação e eficiência aos seus processos internos, produtos e serviços, promovendo competitividade dentro do mercado.

É evidente, portanto, que as empresas que implementarem uma due diligence de sustentabilidade robusta estarão mais bem equipadas para identificar e gerenciar riscos, tais como desastres ambientais, violações de direitos humanos, além de obstáculos relacionados à governança, que podem afetar suas operações e reputação.

Além disso, um processo de due diligence bem estruturado permitirá o cumprimento das exigências legais e normativas, reduzindo consideravelmente o risco de sanções e multas. Não menos importante, podemos falar, também, que empresas que demonstram compromisso genuíno com práticas sustentáveis tendem a conquistar a lealdade dos clientes, além de melhorar sua imagem de marca, sem falar na facilitação do acesso a financiamento e parcerias estratégicas.

Desta forma, a due diligence de sustentabilidade prevista na Diretiva possibilitará às empresas a avaliação de risco, a realização de auditorias periódicas e relatórios, a fim de promover conformidade normativa e transparência, a elaboração de planos de mitigação e de políticas de monitoramento contínuo, e, ainda, o engajamento com stakeholders.

As regras da Corporate Sustainability Due Diligence Directive serão aplicadas por meio da supervisão administrativa por parte de autoridades designadas pelos Estados-membros. Além disso, está previsto que a Comissão Europeia estabelecerá uma Rede Europeia de Autoridades de Supervisão, que reunirá representantes dos órgãos nacionais para garantir uma abordagem coordenada sobre a Diretiva.

Temos, portanto, que a Diretiva, seguindo a tendência do mundo empresarial moderno, orientará as empresas em direção a um comportamento responsável, podendo se tornar um novo padrão global em relação à due diligence obrigatória em temas de sustentabilidade. Além de proteger seus interesses, essas empresas contribuirão para um futuro mais sustentável, beneficiando não apenas seus acionistas, mas também a sociedade e o planeta como um todo. Implementar uma due diligence de sustentabilidade eficaz é essencial para criar um legado positivo e garantir a resiliência e a relevância no mercado competitivo.

A DIRETIVA TRAZ À REALIDADE O QUE HÁ MUITO JÁ SE ESPERA DAS EMPRESAS EM TERMOS DE RESPONSABILIDADE CORPORATIVA E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL MUNDIAL: UM PROCESSO SISTEMÁTICO, ESPECÍFICO E EFICIENTE, CRIADO PARA IDENTIFICAR, ANALISAR E MITIGAR RISCOS E OPORTUNIDADES RELATIVOS A QUESTÕES DE SUSTENTABILIDADE